

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO
DE JANEIRO – PREVI-RIO
PREGÃO ELETRÔNICO PE– 90.418/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – PREVI RIO, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO por item, para contratação de empresa seguradora para a indenização de prejuízos e despesas decorrentes de sinistros nos imóveis dos blocos I e II do CASS, Clube do Servidor Municipal e Creche Institucional Dr. Paulo Niemeyer, com as descrições e quantidades descritas no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008 e pelos Decretos Municipais nº 17.907/1999, 18.835/2000, 21.083/2002, 21.253/2002, 22.136/2002, 27.715/2007, 31.349/2009, 40.285/2015 c/c 48.365/2021, 40.286/2015, 46.195/2019, 49.415/2021,

51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no endereço eletrônico <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico gilcontratos.previrio@prefeitura.rio com cópia para gillicitacoes.previrio@prefeitura.rio

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: ”.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da Sra. Presidente do PREVI-RIO, conforme art. 252 do CAF, constante do Processo Administrativo nº PVR-PRO-2025/01512, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 15/07/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia **07 de agosto de 2025**, às **15:00 h**, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – PVR-PRO-2025/01512, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A INDENIZAÇÃO DE PREJUÍZOS E DESPESAS DECORRENTES DE SINISTROS NOS IMÓVEIS DOS BLOCOS I E II DO CASS,

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
 Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

CLUBE DO SERVIDOR MUNICIPAL E CRECHE INSTITUCIONAL DR. PAULO NIEMEYER, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

4.2 – A licitação conterá 02 (dois) itens, a saber:

IMÓVEL		PRÊMIO DE SEGURO ESTIMADO
ITEM 1	Imóvel 1 (Bloco 1)	R\$ 113.648,56
	Imóvel 2 (Bloco 2)	
	Imóvel 4 (Creche)	
ITEM 2	Imóvel 3 (Clube)	R\$ 7.101,44
Total		R\$ 120.750,00

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria:

PROGRAMA DE TRABALHO: 14.31.09.122.0017.4216

CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.39

FONTE DE RECURSO: 1.802.200

VALOR: R\$116.648,56

PROGRAMA DE TRABALHO: 14.31.04.122.0389.4513

CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.39

FONTE DE RECURSO: 1.501.200

VALOR: R\$ 7.101,44

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de **R\$120.750,00** (cento e vinte mil setecentos e cinquenta reais).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO por item.

7. PRAZOS

7.1 – A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação,

que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta

do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Previ-Rio, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no MENOR PREÇO por item do objeto licitado.

10.1.3 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5 – o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 – Encerrada a etapa de lances e negociação, o pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços, quando solicitada no Edital

e seus anexos, e Documentos de Habilitação descritos no item 13, no prazo de 03 (três) horas (mínimo de duas horas), contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 - O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do findo o prazo.

10.5.4 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6– Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.7 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

10.8 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.9 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Instituto de Previdência e Assistência - PREVI-RIO, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.10 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.11 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.11.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.12 – A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.13 -O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;

i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.5 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.6 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.7 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.8 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberta e fechada.

11.9 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.10.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$0,01 (um centavo) de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.2 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10.4 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.10.5 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

11.11 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.11.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 minutos (limitado a dez minutos), a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.11.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.11.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.11.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.11.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.11.2 e 11.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.11.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.11.2 e 11.11.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.11.4.

11.11.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.11.5.

11.12 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.12.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.12.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da

primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.12.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.13 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.14 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.17 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço global, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

[Para processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), adotar a seguinte redação para o item 12.1:]

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério MENOR PREÇO por item, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II), devendo ser observada a preferência para contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte situada na Zona Franca Social que oferecer preço superior em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, na forma da Lei Complementar Municipal nº 182/2017.

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
- c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;
- d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

[Para processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) os itens 12.2 e 12.3 devem ter a seguinte redação, os subitens 12.2.1 ao 12.2.5 devem ser suprimidos:]

12.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte situadas nas Zonas Francas Sociais – ZFS – terão o tratamento privilegiado previsto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 inclusive nas licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, abertas com fundamentos no art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em razão de os itens da contratação terem valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de modo que vencerão as microempresas e empresas de pequeno porte situadas nas ZFS mesmo que ofereçam preço superior em até 10 % (dez por cento) do melhor preço válido;

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de 02 horas (mínimo de duas horas), contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – O Instituto de Previdência e Assistência - PREVI-RIO poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) ou amostra(s) do(s) bem(ns) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações ou amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.6.2 – Na hipótese de não realização, atraso ou de rejeição da demonstração ou amostra apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, /por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
- c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.
- e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.9.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.9.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.8.

12.10 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.12 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.13 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração ou amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.14 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações ou amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.16 - No caso de não haver entrega da demonstração/amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de demonstração/amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

12.17 - Se a(s) demonstração (ões)/ amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração (ões)/ amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.18 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.19 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.19.1 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.20 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.9 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/grupos para os quais oferecerá proposta.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste

Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

[Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do art. 7º do Decreto Municipal nº 31.349/2009, o item 13.6 e o subitem 13.6.1 deverão ser acrescidos à minuta do edital com a seguinte redação, respectivamente:]

13.6. A licitante que não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, consórcio composto em sua totalidade por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação, deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, relação indicando as microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar, devidamente qualificadas, e descrevendo os serviços a serem executados ou os bens a serem adquiridos e seus respectivos valores.

13.6.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, os documentos especificados nos itens 13.1.C e 13.1.D relativos às microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

[Na hipótese de participação de sociedades cooperativas, acrescentar:]

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo V.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

[No caso de serviços e fornecimentos continuados, adotar o seguinte item:]

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar, inclusive o MEI.

[Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação]

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também as certidões emitidas os 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo VII do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.418/2025.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.7) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item referente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do termo de referência, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

(E.7) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo VIII, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local dos serviços, na data de ____/____/____ às ____ h, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico COMPRASNET.

16. GARANTIA

16.1 – Em virtude da natureza do serviço a ser contratado (apólice de seguro), não será exigido a garantia contratual da ADJUDICATÁRIA sobre o valor acordado.

17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

17.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a Presidente do PREVI RIO adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.2 – Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade superior, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pelo PREVI-RIO, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

17.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados, dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo PREVI-RIO.

17.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados/bens fornecidos.

17.9 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Comissão de Fiscalização designada pelo PREVI-RIO.

17.10 – Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data

do protocolo do documento de cobrança no PREVI-RIO e obedecido o disposto na legislação.

18.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no PREVI-RIO.

18.2 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

18.3 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no PREVI-RIO e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

18.5 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no PREVI-RIO.

18.6 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto ao PREVI-RIO.

19. REAJUSTE

19.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da Pesquisa de Preços, observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

19.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 17.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 20.2.

20.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) PREVI-RIO poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

20.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso.

20.3.2 - 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso.

20.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do contrato, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

20.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

20.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

20.3.6 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
 Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços/fornecimentos contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço ou fornecer bem determinado pela fiscalização, por serviço/bem e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

20.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

20.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de

extinção unilateral do Contrato.

20.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.7 - O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

20.8 - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

20.9 – A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21. FORO

21.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

22.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no PREVI-RIO .

22.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

22.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

22.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores
Anexo III	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo IV	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo V	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VI	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo VII	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VIII	Declaração de visita
Anexo IX	Declaração ME/EPP
Anexo X	Modelo de proposta

22.6 – Este Edital contém 77 (setenta e sete) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2025.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
André Jorge Saldanha Simões
PREVI-RIO – Matr 31/650.758-6



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 01/2025

CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE

IMÓVEIS

Abril/2025

DIN/GERÊNCIA DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

1- OBJETO

O objeto deste Termo de Referência é a apresentação de diretrizes básicas para a contratação de empresa seguradora para a indenização de prejuízos e despesas decorrentes de sinistros que venham a ocorrer nos imóveis abaixo relacionados, de acordo com as condições e limites previstos no contrato de seguro a ser firmado entre as partes

2 - DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica como medida preventiva para proteger o patrimônio público contra riscos e eventuais sinistros que possam ocorrer no Complexo do Centro Administrativo São Sebastião – CASS. Incluindo segurar os imóveis e seus conteúdos (instalações e bens) contra riscos como incêndio, raio, explosão e outras coberturas (danos elétricos, etc.). O seguro deve ser contratado por 1 ano, podendo ser prorrogado.

3 – DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O seguro a ser contratado deverá ter vigência de 01 (um) ano, a contar do aceite da proposta, podendo ser prorrogado em conformidade a Lei nº 14.133/2021. Nos termos do parágrafo único, do artigo 94, da Lei nº 14.133/2021, a Administração providenciará a publicação do futuro Contrato até 20 dias úteis de sua assinatura.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇO

Os preços propostos deverão considerar todos os custos necessários à execução dos serviços, englobando: taxas, fretes, seguros, remunerações; custos diretos e indiretos; despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, financeiras e quaisquer outras julgadas essenciais ao cumprimento do objeto da presente licitação.

O PREVI-RIO é **isento de I.O.F** (Imposto sobre Movimentações Financeiras), de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306/2007, portanto na formulação da proposta de preço a incidência deste tributo deverá ser excluída.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

O valor estimado do serviço para 12 meses foi avaliado em **R\$ 120.750,00** total, sendo o pregão dividido em 02 itens:

	ITEM	IMÓVEL	VALOR ESTIMADO
Funprevi	SEGURO 1	Imóvel 1 (Bloco 1)	R\$ 113.648,56
		Imóvel 2 (Bloco 2)	
		Imóvel 3 (Creche)	
Previ-rio	SEGURO 2	Imóvel 4 (Clube)	R\$ 7.101,44
	TOTAL		R\$ 120.750,00

5 - DOS IMÓVEIS

Este tópico descreve as estruturas, sistemas e equipamentos dos **04 imóveis** que compõem as edificações do Complexo do CASS e que devem ser cobertos pelo seguro, a saber:

- Prédio Bloco I do CASS
- Prédio Bloco II do CASS
- Creche Municipal
- Clube do Servidor Municipal

5.1- BLOCOS I e II

O Centro administrativo São Sebastião - CASS é constituído por dois prédios designados como Blocos I e II.

O Bloco I possui 02 subsolos utilizados como estacionamento, com cisternas, subestações e compartimentos de funções operacionais de pessoal de manutenção; térreo; 01 mezanino; 15 pavimentos de escritórios (1º ao 15º) e 2 pavimentos técnicos (16º e 17º) – nesses se encontram as casas de máquinas de elevadores, torres de arrefecimento do ar-condicionado, sistemas de hidrantes e sprinklers, caixas d'água e 04 subestações e oficinas da empresa de manutenção do CASS. No total, o prédio possui 47.354,00 m2 de área construída.

O Bloco II possui 2 subsolos utilizados como estacionamento e pela CAG (Central de Água Gelada do sistema de ar condicionado central do CASS). Neles também se encontram alguns compartimentos ocupados por funções operacionais de pessoal de manutenção, cisternas e subestações; térreo; 2 sobrelojas; 8 pavimentos de escritórios (4º ao 11º) e 1 Pavimento Técnico (12º) – nesse último se encontram as casas de máquinas de elevadores, torres de arrefecimento do ar condicionado, sistemas de hidrantes e sprinklers e caixas d'água. O prédio possui, no total, 36.960 m2 de área construída.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

O CASS possui área externa de 9.511 m², destinada a acessos aos Blocos I e II, que atende a estacionamento e jardins, onde existem sistemas hidráulicos de água potável, esgoto, drenagem, energia elétrica e iluminação.

- **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – BLOCOS I e II**

No Bloco I, a alimentação elétrica geral se dá por intermédio de entrada subterrânea em tensão de 13,8 kV oriunda da rede LIGHT, com dupla entrada, que atende a 07 subestações abaixadoras localizadas no 1º subsolo e no 16º pavimento, totalizando 5.350 KVA de carga instalada.

O prédio possui ainda 02 geradores de motor diesel de emergência, com potência de 330 kva cada, com tensão de saída 220/127 V – trifásico.

Existe ainda, em alguns quadros, sistemas de energia compostos por *NOBREAKS*, quadros de disjuntores, circuitos específicos e pontos de tomadas.

No Bloco II, a alimentação elétrica geral se dá por intermédio de entrada subterrânea em tensão de 13,8 KV oriunda da rede LIGHT, com dupla entrada, que atende a uma subestação abaixadora localizada ao nível do 1º subsolo, com potência total de 3000 KVA composta por 3 transformadores de 1000 KVA. A tensão secundária é de 380/220 V.

O prédio possui ainda 01 gerador de motor diesel de emergência com potência de 180KVA com tensão de saída 220/127 V – trifásico.

O prédio possui sistemas de energia estabilizada nos andares compostos por estabilizadores ou *NOBREAKS*, quadros de disjuntores, circuitos específicos e pontos de tomadas. Em alguns andares, esses equipamentos possuem alimentação 380V derivada dos *BUS-WAY*.

- **ILUMINAÇÃO INTERNA – BLOCOS I e II**

Bloco I – 10.584 luminárias LEDs de embutir 2 x 40w, 2.736 luminárias LEDs de 2 x 20w, 230 luminárias LEDs de 12 e 15W, 61 luminárias de bolinha 40w/127V, 13 luminárias dicroicas de 50w/127V, 25 unidades refletoras de 60w/127V e 12 luminárias PL de 18w/127V, inclusive circuitos, proteções, condutos, bandejas, leitos e fixações em geral.

Bloco II - 4.026 luminárias LEDs de embutir 2 x 32w, 112 luminárias LEDs 2 x 16w, alimentados em 220V fase + neutro, embutidos no forro e 469 luminárias LEDs de 12 e 15W , inclusive circuitos, proteções, condutos, bandejas, leitos e fixações em geral.

- **ILUMINAÇÃO EXTERNA – BLOCOS I e II**

28 projetores PRJ 09 com lâmpadas MVM – 400w/220V; 51 projetores PRJ 01P com lâmpadas MVM – 400w/220V e 30 postes, 3,50 m com luminárias IJ 25-BO com lâmpadas VM – 250w/220V.

- **TOMADAS NORMAIS E ESTABILIZADAS – BLOCOS I e II**

No Bloco I, as tomadas estão instaladas em canaletas de piso e paredes, onde correm os circuitos parciais 127V, com tampas removíveis para manutenção; sendo: 7.500 pontos de tomadas normais e estabilizadas e 77 quadros de disjuntores.

No Bloco II, as tomadas estão instaladas em canaletas de piso e de paredes, onde correm os circuitos parciais 127V, com tampas removíveis para manutenção. Algumas são alimentadas por circuitos independentes correndo sobre o forro; sendo: 4.600 pontos de tomadas normais e estabilizadas; 101 quadros de disjuntores; e 39 transformadores trifásicos a seco 380/220V com potências de 10, 15, 25, 50,70 e 150 KVA.

- **ILUMINAÇÃO NORMAL/EMERGÊNCIA – BLOCOS I e II**

O Bloco I possui sistema alimentado por gerador de emergência, composto por luminárias LEDs 2 x 40w distribuídos em circuitos nas áreas comuns de todo o prédio, inclusive as escadas; essas luminárias estão ligadas aos quadros alimentados pelos geradores localizados no 1º subsolo.

São 631 blocos autônomos de iluminação, além das luminárias de emergência alimentadas pelo banco de baterias.

O auditório possui um sistema independente com banco próprio de baterias.

No Bloco II, esse sistema é composto por luminárias LEDs 2 x 32w distribuídos em circuitos nas áreas comuns de todo o prédio, inclusive escadas; essas luminárias estão ligadas a quadro alimentado pelo gerador de 150 kVA/220V localizado no 1º subsolo.

São 415 Blocos autônomos de iluminação, além das luminárias de emergência alimentadas pelo banco de baterias.

- **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS – BLOCOS I e II**

O Bloco I possui 02 hidrômetros, situados juntos à alameda entre os Blocos I e II, que alimentam as 04 cisternas situadas no 2º subsolo; 02 casas de bombas de recalque situadas ao nível do 2º subsolo que abastecem os 04 reservatórios superiores localizados no 17º pvto (técnico) com 115.000 lts cada, através de 06 (seis) bombas de recalque.

A partir desses reservatórios superiores saem as alimentações gerais do prédio, através de barriletes que aduzem 08 prumadas em tubulações de ferro galvanizado que variam de 2 ½" a 4", com válvulas redutoras de pressão instaladas nos 6º e 11º pvtos e 1º subsolo. As prumadas em questão abastecem os sanitários e copas.

O prédio possui 04 sanitários públicos (masculino e feminino) por pvto, totalizando 67 sanitários no prédio; incluindo o térreo, o 16º pvto e o subsolo. Os banheiros privativos totalizam 44 unidades; existem ainda 02 banheiros no auditório localizado no subsolo.

Sistema de recalque de água potável: 03 bombas para recalque de 25 CV; 03 bombas para recalque de 25 CV; 01 bomba para recalque de 25 CV; e 06 painéis de comando. Sistema de recalque de águas pluviais: 02 bombas submersíveis trifásicas 2,6 kw; 01 bomba submersível trifásica 0,75 kw; 01 bomba submersível trifásica 8,2 HP; 01 bomba submersível trifásica, 1,5 kw; 02 bombas submersíveis bifásicas 0,36 kw; 05 painéis de comando. Sistema de recalque de esgoto: 02 bombas submersíveis trifásicas 2,6 kw; 02 painéis de comando. Bombas Reservas: 02 bombas submersíveis trifásicas de 2,6 kw; 01 bomba submersível trifásica 1,5 kw e 01 bomba submersível trifásica de 0,75 kw.

O Bloco II possui 02 cisternas situadas no 1º e 2º subsolos com capacidade total de 800.000 lts de armazenagem. Uma casa de bombas de recalque situada ao nível do 2º subsolo abastece os 04 reservatórios superiores localizados no 12º pvto (técnico) com 84.000 l cada, através de 02 bombas de recalque.

A partir desses reservatórios superiores saem as alimentações gerais do prédio, através de barriletes que aduzem 06 prumadas em tubulações de PVC soldável que variam de 3" a 1 ¼", com válvulas redutoras de pressão instaladas no 7º, 6º e 5º pvtos. As prumadas em questão abastecem os sanitários e copas das alas "A" e "B".

O prédio possui 04 sanitários (masculino e feminino) por pavimento, com o total de 64 sanitários em todo o prédio, inclusive térreo, 12º pvto (técnico) e subsolo.

Sistema de recalque de água potável: 02 bombas de recalque de 30 CV; 02 bombas de recalque de ¼ HP; e 02 painéis de comando. Sistema de recalque de águas pluviais: 01 bomba submersível de 0,75 kw, ABS, tipo UNI500; e 01 painel de comando. Sistema de recalque de esgoto: 04 bombas submersíveis de 0,75 kw; e 01 painel de comando.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

- **INSTALAÇÕES DE ESGOTO SANITÁRIO - BLOCOS I e II**

O Bloco I tem seu esgotamento sanitário, oriundo dos banheiros e copas, conduzido por sub-ramais coletores horizontais instalados sob o forro, que despejam em 04 tubos verticais (Tubos de Queda – TQ), de esgoto e 04 tubos verticais (Tubos de Gordura – TG), localizados juntos aos tubos de água potável, ou seja, nos mesmos *SHAFTS*. O material dos referidos TQs e TGs é o ferro fundido.

Existem ainda poços coletores gerais de recalque localizados no 2º subsolo, que recebem os dejetos dos sistemas sanitários dos subsolos e de alguns TQs. Dessas caixas, o esgoto é bombeado diretamente para a rede coletora geral da área externa.

O Bloco II tem seu esgotamento sanitário, oriundo dos banheiros e copas, conduzido por sub-ramais coletores horizontais instalados sob o forro, que despejam em 04 tubos verticais – TQ, de esgoto e gordura, localizados juntos aos tubos de água potável, ou seja, nos mesmos *Shafts*. O material dos referidos TQs é o PVC.

Existem ainda poços coletores gerais de recalque localizados no 2º subsolo, que recebem os dejetos dos sistemas sanitários dos subsolos e de alguns TQs. Dessas caixas, o esgoto é bombeado diretamente para a rede coletora geral da área externa.

- **SISTEMA DE AR-CONDICIONADO CENTRAL**

O sistema de ar condicionado que atende aos Blocos I e II é alimentado por uma CAG (Central de Água Gelada) única e instalada no Bloco II, sendo composta por: 02 unidades resfriadoras de água (*chillers* centrífugos) de 917 TRs cada e 02 unidades resfriadoras de água (*chillers* parafuso) de 265 TRs cada, com 04 torres de resfriamento na cobertura do Bloco I e 03 torres de resfriamento na cobertura do bloco II; 03 bombas de água gelada primárias para os 02 *chillers* centrífugos; 04 bombas de água de condensação para os 02 *chillers* centrífugos; 03 bombas de água gelada primárias para os dois *chillers* parafuso; 03 bombas de água de condensação para os 02 *chillers* parafuso; 07 bombas de água gelada secundárias; redes hidráulicas de água gelada e de água de condensação; 219 Unidades condicionadoras de ar do tipo *Fan-Coil* (Bloco I); 72 unidades condicionadoras de ar do tipo *Fan-Coil* (o Bloco II).

O ar externo será admitido na cobertura por unidades condicionadoras de ar do tipo *Fan-Coil* que insuflarão o ar tratado diretamente nas salas de máquinas de cada *Fan-Coil* dos pavimentos.

- **ELEVADORES – BLOCOS I e II**

O Bloco I possui sistema de transporte vertical composto por: 04 elevadores com 10 paradas; 08 elevadores com 09 paradas; 04 elevadores com 08 paradas; velocidade

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

mínima de 3m/s; paradas em andares pares e ímpares; capacidade de 18 passageiros/ 1260 kg de carga.

O Bloco II possui sistema de transporte vertical composto de: 06 elevadores com 13 paradas; 06 elevadores com 11 paradas; velocidade mínima de 2m/s; capacidade de 17 passageiros/ 1190 kg de carga.

- **SISTEMAS FIXOS E PORTÁTEIS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – BLOCOS I e II**

O Bloco I possui sistemas fixos compostos de hidrantes e *sprinklers*. O sistema fixo de 103 hidrantes é constituído de cinco prumadas (lado “Correios” e lado “Praça da Bandeira”) de 2^{1/2}” de diâmetro. Cada abrigo de hidrante dispõe de 2 lances de mangueira Tipo 2 de 1.1/2” com 15 metros cada, 1 adaptador storz de 2.1/2” x 1.1/2”, 1 esguicho regulável de 1.1/2’ e 1 chave storz dupla. A rede do sistema fixo de *sprinklers* (chuveiros automáticos contra incêndio) é distribuída através de 4 prumadas de 6”, com 4 válvulas de bloqueio setorial por pavimento, com 4.763 bicos de *sprinklers*, pressurizados por uma bomba de 03 cv cada prumada e uma reserva de 03 cv. O sistema móvel é constituído de 345 extintores, sendo 85 do tipo AP (10L) de água pressurizada (portátil), 205 do tipo CO² e 55 do tipo PQS. Existem 2 casas de máquinas de incêndio (CMI) que atendem as redes de sprinklers e hidrantes, sendo:

- Praça da Bandeira: 2 eletrobombas de 15cv + 1 eletrobomba jockey 3cv;
- Correios: 2 eletrobombas de 20cv + 1 eletrobomba jockey 3cv.

O Bloco I conta ainda com 1037 placas de sinalização fotoluminescente, 20 descidas em sistema estrutural (SPDA – Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas), 1.747 detectores de fumaça/termovelocimétrico, 103 acionadores, 103 sinalizadores audiovisual e 1 Central de Alarme.

O Bloco II possui sistemas fixos compostos de hidrantes e *sprinklers*. O sistema fixo de 57 hidrantes é constituído de quatro prumadas de 2^{1/2}” de diâmetro. Cada abrigo de hidrante dispõe de 2 lances de mangueira Tipo 2 de 1.1/2” com 15 metros cada, 1 adaptador storz de 2.1/2” x 1.1/2”, 1 esguicho regulável de 1.1/2’ e 1 chave storz dupla. O sistema fixo de *sprinklers* (chuveiros automáticos contra incêndio) é constituído de duas prumadas de 4”, com 2 válvulas de bloqueio setorial por pavimento, com 3.179 bicos de *sprinklers*, pressurizadas por uma bomba de 05 cv cada prumada e uma reserva de 05 cv.

O sistema móvel é constituído de 489 extintores, sendo 210 do tipo AP (10L) de água pressurizada (portátil), 275 do tipo CO² e 4 do tipo PQS.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

Existe 1 casa de máquinas de incêndio (CMI) que abriga os sistemas de pressurização da rede de sprinklers e hidrantes separadamente, sendo:

- Sprinklers: 2 eletrobombas de 20cv+ 1 eletrobomba jockey 4cv;
- Hidrantes: 2 eletrobombas de 5cv.

O Bloco II conta ainda com 973 placas de sinalização fotoluminescente, 19 descidas em sistema estrutural (SPDA – Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas), 1.199 detectores de fumaça/termovelocimétrico, 58 acionadores, 58 sinalizadores audiovisual e 1 Central de Alarme e 1 Central Repetidora.

5.2- CLUBE DO SERVIDOR MUNICIPAL

O prédio possui dois pavimentos, garagem no subsolo e terraço.

O subsolo é composto de compartimentos de bombas de águas servidas, de bombas de recalque, de sistema contra incêndio, de lixo, vagas de garagem e arquivo.

O primeiro pavimento é composto por: academia de ginástica, sanitários e vestiários, bar, restaurante, secretaria, departamento médico e depósitos. No segundo pavimento estão a academia de ginástica, vestiários e sanitários. A Área total construída é de 4.984,00 m².

O ginásio polivalente abriga a quadra poliesportiva, com arquibancadas, palco, sanitários, depósito e camarins. Na cobertura localiza-se a quadra de futebol *society*, com piso de grama sintética.

O pavilhão da piscina e parque infantil é composto pela pérgola, pelo pátio das piscinas infantil e adulto (deque e chuveiros) e pelo parque infantil, com 05 brinquedos e 03 churrasqueiras. O pavilhão da piscina abriga ainda uma pequena sauna, banheiros, bar e depósito.

Os equipamentos instalados no Clube do servidor são: sistema de ar condicionado da academia de ginástica; 2 aparelhos de ar condicionado do tipo *Split* no departamento médico e secretaria; sistema lavador de gases com bomba 1,5 cv; sistema de sauna; 08 bebedouros; sistema de limpeza de piscina (moto bomba, pré-filtro, registros e coadeira/*skimmer*); sistema de aquecimento de água com 10 painéis solares; 08 reservatórios de água com capacidade de 1500 lts cada; 01 elevador sem casa de máquinas OTIS mod. GNC com 4 paradas e capacidade de 8 passageiros ou 600 kg; 6 ventiladores de teto de três pás; 02 bombas de recalque; 02 bombas para águas servidas; sistema *Cosch* AAC – Aproveitamento de Água de Chuva. Segurança contra Incêndio e Pânico - Sistema pressurizado com 02 Bombas com 5cv; 11 caixas de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

incêndio com tomadas para junta STORZ de 38mm; alarme acionado pela bomba de incêndio; extintores de incêndio de pó químico seco; extintores de Água Gás; extintores de Gás Carbônico. Há previsão para instalação de 01 Fogão industrial de seis bocas e coifa de exaustão – motor de 4cv.

5.3- CRECHE INSTITUCIONAL DR. PAULO NIEMEYER

O prédio possui 01 pavimento para a área escolar e 03 pavimentos para a administração, com área construída de cerca 1.337,00 m². O primeiro nível possui hall de acesso, direção, sanitários, salas de atividades, berçários, fraldário, lactário, sala de recreação, refeitório, cozinha, PI de gás (com 2 cilindros GLP de 45 lts), pátio (recreio descoberto), casa de bombas; o segundo nível possui sala de leitura, consultório médico e enfermaria, sala de vídeo e banheiro; o terceiro nível possui reservatórios de água e depósito.

As paredes são construídas em alvenarias de tijolos de barro de (10x20x30) com 15 cm de espessura; as divisórias dos vestiários e banheiro infantil são executadas em placas de mármore branco nacional de 3cm de espessura, polidas em ambas as faces e apoiadas no piso e parede; as paredes dos banheiros, vestiários, fraldário, lactário, cozinha, despensa e área de serviço são revestidas com azulejos (15x15 cm) na cor branca.

Os vestiários infantis são revestidos com faixa e com azulejos decorados (5,00 m) na parede do box, totalizando 40 peças de (15x15) cm - ELIANE - Florianópolis - série "piscina" COD. 4740026 e 4740027; as paredes de berçários, salas de atividades, recreio coberto e refeitório são revestidas com fórmica texturizada até a altura de 105 cm contornando todas as paredes do cômodo; as paredes centrais da fachada, compreendendo pavimento térreo, 2º pavimento e pavimento de serviços, incluindo laterais e fundos são revestidas em pastilhas cerâmicas foscas; na fachada, o trecho de paredes sob as janelas, é revestido com pastilhas cerâmicas foscas.

Os pisos de toda a administração, serviço, varanda, pátio, berçários, salas de atividades, solário, fraldário, lactário, recreio coberto, refeitório, banheiros e outros compartimentos, excetuando-se apenas a entrada social, são revestidas com cerâmicas Eliane (31x31) cm, linha "urbanus", nas cores: grafite, gray, bege e rosa; os pisos da área de acesso (externa), recepção e circulação são revestidos em granito cinza, em placas de 40 x 40 cm, com 2 cm de espessura e acabamento polido para piso.

O lance de escada compreendido entre o pavimento térreo e o 2º pavimento é revestido em granito cinza, similar ao empregado no piso. Os pisos dos degraus possuem ranhuras antiderrapantes. O rodapé é de granito cinza, similar ao piso, boleado, com 10x2 cm nas áreas destinadas a recepção e circulação.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

Todas as soleiras de portas possuem soleiras em granito cinza boleado, com polimento para piso, com 15x3 cm.

Os peitoris de todas as janelas são em granito cinza, similar as soleiras e piso, boleado, com 15x3 cm.

Todos os ambientes são revestidos em forros de gesso, com placas pré-moldadas de 60x60 cm, presas por quatro tirantes de arame e rejuntadas, excetuando-se a área destinada ao recreio coberto.

Cobertura de telha dupla de 30 mm, térmica trapezoidal, *Bernine* ou similar, cor mostarda. O terraço e o pavimento de serviço são impermeabilizados com manta asfáltica de 4 mm de espessura sendo a base de asfalto modificado de acordo com a norma da ABNT e revestida com plaqueamento de proteção.

Os equipamentos instalados na creche são: aparelhos de ar condicionado (10), sendo, 02 com capacidade de 30.000 BTUs, 03 com capacidade 18.000 BTUs, 05 com capacidade de 12.000 BTUs; fogão industrial de seis bocas/forno; coifa de aço inoxidável com 210x120 cm, inclusive dutos e exaustor de 3cv; bebedouro elétrico (3) tipo pressão em aço inoxidável, modelo de pé, adulto-criança e capacidade 801/h; aquecedor de passagem a gás, aquecedor de acumulação elétrico; ventilador de parede oscilante, marca VivaVento ou similar, com chave para ventilação/exaustão; seis reservatórios de água com capacidade de 1.000 lts cada. Reserva técnica de 2.000 lts.; extintor de incêndio, tipo água sob pressão (5); extintor de incêndio, tipo gás carbônico (5); bomba hidráulica centrífuga, motor elétrico, potência de 1cv (4); tanque de esterilização de mamadeiras; prateleira em compensado de cedro ou similar: nove prateleiras no almoxarifado e 3 em cada sala de atividades.

6 - DO SEGURO

6.1 - LIMITE MÁXIMO DE RESPONSABILIDADE DAS GARANTIAS

Os limites serão determinados com a divisão de seus valores entre imóvel e conteúdo, nos percentuais a serem determinados individualmente para cada imóvel segurado, conforme tabela.

6.2 - IMÓVEL E CONTEÚDO

Os imóveis segurados serão aqueles descritos no item 5, incluídas suas instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de condicionamento térmico. O conteúdo a ser segurado serão todos os bens existentes no interior do imóvel, relacionados com sua atividade, tais como máquinas, móveis e utensílios de propriedade do segurado.

6.3 - GARANTIAS BÁSICAS DO SEGURO

6.3.1- INCÊNDIO, RAIOS E EXPLOÇÃO

Deverão cobrir os danos causados ao imóvel e conteúdo segurado decorrentes de incêndio, raios e explosão;

Entende-se como incêndio a combustão súbita, descontrolada e violenta, com chamas e desprendimento de calor, inclusive quando decorrente de tumultos;

Deverão cobrir os prejuízos decorrentes das tentativas para combate ao incêndio, minimização das perdas e salvamento dos bens;

Raios, ocorridos na área do terreno do imóvel e consequências de raios caídos em terrenos vizinhos;

Explosão, como sendo a sobrepressão decorrente da ignição violenta e suas consequências, ocorrida na área do imóvel e consequências de explosões ocorridas em terrenos vizinhos.

6.4 GARANTIAS ADICIONAIS DO SEGURO

6.4.1- DANOS ELÉTRICOS

Deverão ser cobertas as perdas e danos materiais diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão e curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive queda de raio fora do local de risco.

6.4.2- DERRAME DE SPRINKLERS (VAZAMENTO DE LÍQUIDOS PROVENIENTES DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS)

Deverão ser cobertas pelo seguro as avarias no imóvel, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental sofridas pelo bem do segurado e que forem causadas por infiltração ou derramamento de líquidos provenientes da instalação dos chuveiros automáticos, incluindo-se: cabeças de chuveiro (*sprinklers*), encanamentos, válvulas, acessórios, tanques, bombas de chuveiros e toda instalação particular existente e que sirvam aos chuveiros.

6.4.3- VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO, GRANIZO E FUMAÇA

Deverão ser cobertos pelo seguro os danos estruturais de telhados e coberturas, perdas e danos materiais, por vento forte causado pela natureza, com velocidade igual ou superior a 54 Km/h, como também para a queda de granizo.

Deverão ser cobertos pelo seguro fumaça repentina e proveniente de equipamentos elétricos/eletrônicos integrantes do imóvel e de propriedade do segurado.

6.4.4- DESMORONAMENTO

Deverão ser cobertos pelo seguro os danos causados ao imóvel e ao seu conteúdo provenientes de queda total ou parcial de paredes, lajes, vigas e pilares, provenientes de ação súbita e imprevista.

6.4.5- QUEBRA DE VIDROS

Deverão ser cobertos pelo seguro o pagamento de indenização, para reparação do dano e substituição, referentes aos prejuízos com a quebra de:

- a) vidros quebrados de portas, fachadas, divisórias e janelas, por qualquer motivo;
- b) elementos cerâmicos de fachada;
- c) mármore, granitos e semelhantes aos instalados nos locais objeto deste seguro decorrente de ato culposo de terceiro, de ato involuntário do Segurado, de calor artificial ou em decorrência de fenômenos da natureza.

6.4.6- IMPACTO DE VEÍCULOS E QUEDA DE AERONAVES

Deverão ser cobertos pelo seguro os danos causados pelo impacto de veículos terrestres (automotores ou tração animal);

Deverão ser cobertos pelo seguro danos causados por aeronaves ou por objetos conduzidos e/ou desprendidos destes (avião, helicóptero, ultraleve, *droners* e assemelhados).

6.4.7- TUMULTOS E GREVES



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

Tumulto, como sendo a aglomeração de pessoas com a finalidade de perturbar a ordem pública, culminando com a depredação do patrimônio.

Deverão cobrir as despesas e prejuízos decorrentes de repressão e tentativa de reprimir ato de perturbação da ordem pública e suas consequências.

6.4.8- RESPONSABILIDADE CIVIL

Deverão cobrir, mediante reembolso, por ação ou omissão, os danos materiais e corporais causados involuntariamente pelo segurado ou por seus servidores em serviço.

7 - **RELAÇÃO DOS IMÓVEIS SEGURADOS**

IMÓVEL 1

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, nº 455 – Bloco 01 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.211-110;

Atividade: Prédio de escritórios;

Área construída: 47.354,00 m²

IMÓVEL 2

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, nº 455 – Bloco 02 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.211-110;

Atividade: Prédio de escritórios;

Área construída: 36.960,00 m²

Primeiro Risco Relativo		
Básico (incêndio, raio e explosão)		
Limite Máximo de Indenização	BLOCO I	BLOCO II
Limite máximo para o Prédio	R\$ 107.660.150,00	R\$ 93.967.250,00
Limite máximo para o Conteúdo	R\$ 16.149.022,50	R\$ 10.336.397,50

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
 Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

Total da Indenização	R\$ 123.809.172,50	R\$ 104.303.647,50
----------------------	--------------------	--------------------

Primeiro Risco Absoluto		
Evento	BLOCO I	BLOCO II
Danos elétricos	R\$ 1.614.902,25	R\$ 1.033.639,75
Derrame de sprinklers	R\$ 807.451,13	R\$ 516.819,88
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, fumaça	R\$ 807.451,13	R\$ 516.819,88
Desmoronamento	R\$ 807.451,13	R\$ 516.819,88
Quebra de vidros	R\$ 1.614.902,25	R\$ 1.033.639,75
Impacto de veículos e queda de aeronaves	R\$ 807.451,13	R\$ 516.819,88
Tumultos e greves	R\$ 403.725,56	R\$ 258.409,94
Responsabilidade Civil	R\$ 1.614.902,25	R\$ 1.033.639,75

IMÓVEL 3

Endereço: Clube do Servidor - Rua Ulysses Guimarães S/N – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.211-225;

Atividade: Prédio de atividades esportivas

Área construída: 4.984,00 m2

IMÓVEL 4

Endereço: Creche Dr. Paulo Niemeyer – Rua Júlio do Carmo, S/N – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.211-110;

Atividade: Prédio de atividades educacionais

Área construída: 1.337,00 m2

Primeiro Risco Relativo		
Básico (incêndio, raio e explosão)		
Limite Máximo de Indenização	CLUBE	CRECHE
Limite máximo para o Prédio	R\$ 14.088.000,00	R\$ 3.990.000,00
Limite máximo para o Conteúdo	R\$ 422.640,00	R\$ 119.700,00
Total da Indenização	R\$ 14.510.640,00	R\$ 4.109.700,00

Primeiro Risco Absoluto		
Evento	CLUBE	CRECHE
Danos elétricos	R\$ 281.760,00	R\$ 79.800,00
Derrame de sprinklers	R\$ 140.880,00	-----
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, fumaça	R\$ 281.760,00	R\$ 79.800,00
Desmoronamento	R\$ 281.760,00	R\$ 79.800,00
Quebra de vidros	R\$ 140.880,00	R\$ 39.900,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	R\$ 281.760,00	R\$ 79.800,00
Tumultos e greves	R\$ 140.880,00	R\$ 39.900,00
Responsabilidade Civil	R\$ 845.280,00	R\$ 478.800,00

8 - CONDIÇÕES ATUAIS DE DIMINUIÇÃO DE RISCOS

A seguir apresenta-se relação de itens especiais mitigadores de riscos adotados atualmente nas edificações, de acordo com a Coordenadoria Geral do CASS:

- Empresa especializada CONTRATADA para execução de serviços de operacionalização da segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, resgate, socorro e traslado de funcionários e usuários por meio de brigada de bombeiros particular e manutenção de extintores do Complexo do CASS, atuante 24h/dia e 7 dias/semana;
- Empresa especializada CONTRATADA para manutenção dos elevadores do Complexo do CASS, atuante 24h/dia e 7 dias/semana em regime de plantão;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

- Empresa especializada CONTRATADA para manutenção dos sistemas de ar condicionado do Complexo do CASS, atuante 24h/dia e 7 dias/semana em regime de plantão;
- Empresa CONTRATADA para manutenção preventiva e corretiva predial e das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e outras do Complexo do CASS, com expediente em horário comercial e atuação sob demanda 24h/dia e 7 dias/semana em regime de plantão;
- Sistema de chuveiros automáticos (*sprinklers*) e sistema de hidrantes;
- Sistema de para-raios;
- Vigilância atuante 24h/dia e 7 dias/semana em regime de plantão, exercida pela Guarda Municipal da Prefeitura, com ações especiais de salvaguarda das edificações e seus bens móveis em situações de manifestações de grupos de pessoas, desenvolvidas nos arredores do Complexo, com fechamento dos portões de acesso e entrada por uma única passagem.
- Os imóveis 3 e 4 relacionados no item 7 possuem os Certificados de Aprovação do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ); os imóveis 1 e 2 estão em processo final de obtenção dos referidos Certificados. Observa-se que a execução das obras (já finalizadas) e o processo de obtenção dos documentos estão a cargo da Empresa ATAC FIRE Segurança contra Incêndio Ltda.
- Para os imóveis 1 e 2 do item 7, caso ocorra, a ausência de Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros não poderá ser alegada para o não pagamento do seguro no caso de qualquer ocorrência.

9 – FRANQUIA

A participação do segurado em caso de sinistro para a presente contratação não poderá ser superior aos percentuais e somente para os riscos discriminados na tabela abaixo. Os percentuais estabelecidos neste item incidirão sobre o valor dos prejuízos limitado ao mínimo de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais).

COBERTURA CONTRATADA	FRANQUIA
----------------------	----------



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

Danos elétricos	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$2.000,00 (dois mil reais)
Derrame de sprinklers	
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, fumaça	
Desmoronamento	
Quebra de vidros	
Impacto de veículos e queda de aeronaves	
Tumultos e greves	
Responsabilidade Civil	

Os valores das garantias de cada uma das coberturas deverão ser integrais, conforme comprovação do prejuízo do CONTRATANTE.

O limite máximo de indenização é único e representa 100% do valor do risco.

Devem estar cobertos os prejuízos decorrentes de esforços para o combate ao incêndio, minimização de perdas e salvamento de bens segurados e desentulho do local em decorrência de risco coberto.

Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.

Fica assegurado à CONTRATADA, o direito de proceder, durante a vigência do contrato, a inspeção regular do objeto segurado.

Fica o registro que nunca houve sinistro nos bens a serem segurados na presente contratação.

A contratação será formalizada mediante empenho emitido pelo **PREVI-RIO - CNPJ 31.941.123/0001-50**.

10 - DA APÓLICE

A apólice de seguro deverá conter:

- A discriminação do imóvel coberto pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo, cujos valores em riscos constam do item 7 deste T.R.
- A indicação das franquias.
- O valor do prêmio total.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado poderá estar incluso nas condições gerais do seguro, desde que devidamente detalhados.

A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação básica necessária para esta finalidade.

11 - DA ÚLTIMA APÓLICE CONTRATADA

Emitida pela MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, apólice nº 96/3038000005896, vigente até 24 horas do dia 02/08/2024 à 02/08/2025.

12 - DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da apólice será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua emissão, podendo ser prorrogado em conformidade com art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

13 - DA VISTORIA

- A empresa licitante, caso julgue conveniente para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, poderá realizar vistoria nas edificações para tomar conhecimento das condições do imóvel e bens móveis a serem segurados.
- A vistoria das edificações poderá ser realizada em dias úteis, no horário de 10h às 16h, até 1 (um) dia antes da abertura da licitação. O agendamento da vistoria deverá ser feito pelo e-mail gillicitacoes.previrio@prefeitura.rio ou pelos telefones (21) 2976-3983.
- A falta de vistoria não desclassificará a empresa licitante, ficando a mesma responsável pelos ônus advindos de sua omissão.
- Caso julgue necessário, a empresa licitante vencedora poderá, antes da emissão da apólice do seguro, vistoriar o imóvel e bens móveis que serão segurados.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros ou no ramo de corretagem de seguros pertinente ao objeto do certame, e, também, um atestado de capacidade técnica, em papel do emitente, firmado por empresa pública ou privada, com-

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

provando já ter executado, a contento, serviços compatíveis com o objeto da licitação;

- A CONTRATADA deverá observar que as apólices emitidas estejam em consonância com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- A CONTRATADA deverá emitir e entregar a apólice do seguro no prazo fixado em sua proposta comercial, que deverão cobrir os bens contra prejuízos e despesas devidamente comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas.
- A CONTRATADA deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações e procedimentos relativos ao funcionamento da prestação de serviço de seguro objeto desta especificação.
- A CONTRATADA deverá prestar atendimento imediato no caso do sinistro, tão logo seja comunicado pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA iniciará a avaliação dos danos dos bens móveis e o imóvel, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.
- A CONTRATADA deverá garantir o pagamento de indenização dos respectivos imóveis dentro do **prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, contados da entrega da documentação básica, até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- A CONTRATADA não poderá transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, imediatamente, à CONTRATANTE, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- A CONTRATADA deverá designar um profissional (nome, telefone e e-mail) em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho, que se reportará diretamente à CONTRATANTE;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

- A CONTRATADA deverá cumprir todas as normas e condições deste Termo de Referência;
- A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- A CONTRATADA guardará sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- O CONTRATANTE deverá assegurar à CONTRATADA o pagamento do prêmio do seguro;
- O CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA sempre que houver inclusão, acréscimo e/ou reformas que venham a modificar o valor de cada imóvel;
- O CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações e esclarecimentos formalmente solicitados, bem como documentos e condições necessárias para o bom e fiel cumprimento da prestação do serviço;

16 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Será julgada vencedora a proposta que ofertar o Menor Valor Total para o Prêmio;
- O pagamento do prêmio à CONTRATADA será realizado após a verificação da regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. O pagamento à CONTRATADA será efetuado à vista (pagamento único), em razão da atipicidade do objeto, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contado da apresentação do boleto bancário;
- Ocorrendo sinistro, dentro do prazo de pagamento do seguro, mas sem o seu efetivo pagamento, o CONTRATANTE não ficará dessegurado, se cobrir o débito até a data do vencimento;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

- Serão possíveis acréscimos e supressões no valor desde que justificados e dentro dos limites previstos na Lei nº 14.133/2021;
 - A Apólice de Seguro adotada pela licitante vencedora deverá conter a discriminação por item dos imóveis cobertos pelo seguro, cujos valores em riscos estimados constam no item 7; o valor do prêmio por item e sua totalização, e a discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
 - A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado poderá estar inclusa nas condições gerais do seguro desde que devidamente detalhada;
 - Para apuração do sinistro será realizada vistoria em conjunto, por pessoal técnico indicado pelas partes, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação;
 - As Sanções Administrativas serão aplicadas conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.
-



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO II

QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

Nome do Órgão: PREVI-RIO		Pregão Eletrônico n.º 90.418/2025	CNPJ: 31.941.123/0001-50
Razão Social:		E-mail:	
Endereço:		Tel.:	Fax:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
Item	Código do Serviço	Descrição Detalhada	Preço Unitário (R\$)
01	2130630001	Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. Prédio de escritórios situado na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - <u>Bloco I</u> do CASS - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 01)	R\$113.648,56
		Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. Prédio de escritórios situado na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - <u>Bloco II</u> do CASS - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 02)	
		Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. <u>Creche</u> Dr. Paulo Niemeyer situado na Rua Júlio do Carmo, S/N - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 04)	
02	2130630001	Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. <u>Clube do Servidor</u> situado na Rua Ulysses Guimarães S/N - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 03)	R\$7.101,44



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

(em papel timbrado da empresa)

[*denominação/razão social da sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº ____/____ e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº
19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação
nº ____/____ [denominação/razão social
da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob
o nº _____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021,

_____ [nome completo do representante legal da
empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____

[nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa
empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao

_____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do
respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o
cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade _____, nº
____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser
apresentada.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO IX

DECLARAÇÃO ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

_____ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item _____ do Edital de nº ____/____ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: () Há regularidade fiscal () Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Previdência e Assistência do Município
do Rio de Janeiro – PREVI-RIO

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Prédio Anexo – Sala 1103
Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

ANEXO X

PROPOSTA-DETALHE

Nome do Órgão: PREVI-RIO		Pregão Eletrônico n.º 90.418/2025	CNPJ: 31.941.123/0001-50
Razão Social:		E-mail:	
Endereço:		Tel.:	Fax:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
Item	Código do Serviço	Descrição Detalhada	Preço Unitário (R\$)
01	2130630001	Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. Prédio de escritórios situado na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - <u>Bloco I</u> do CASS - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 01)	
		Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. Prédio de escritórios situado na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - <u>Bloco II</u> do CASS - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 02)	
		Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. <u>Creche</u> Dr. Paulo Niemeyer situado na Rua Júlio do Carmo, S/N - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 04)	
02	2130630001	Contratação de seguros, para o período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes básicas no Termo de Referência apresentado pela DIN/Gerência de Ativos Imobiliários do Previ-Rio. <u>Clube do Servidor</u> situado na Rua Ulysses Guimarães S/N - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ (LOCAL: 03)	

Obs.: Na oferta de preço unitário deverá ser respeitado seu valor máximo, não podendo ser maior que o estimativo do ANEXO II, sob pena de desclassificação.